

Serra quer tirar de Sarney o orçamento de 90

BRASÍLIA — Evitar que o presidente José Sarney gaste nos três primeiros meses do próximo ano grande parte do orçamento destinado ao próximo presidente da República passou a ser a preocupação fundamental da Comissão Mista de Orçamento do Congresso, que começa a votar hoje a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1990. Para impedir tal atitude por parte do governo que está acabando, o deputado José Serra (PSDB-SP), relator do projeto de lei, defenderá a aprovação pelo Congresso de um dispositivo que limite o empenho de despesas do Executivo até 15 de março em 1/7 das dotações orçamentárias.

Serra está também determinado a engessar

os gastos com pessoal do próximo governo e introduziu no projeto de lei de diretrizes um dispositivo que limita as despesas da administração pública com pessoal ao valor real praticado em 1989. O próximo presidente, pelo menos durante os primeiros nove meses de seu governo, terá uma margem bastante estreita para contratar pessoal.

O texto, que começa a ser votado hoje às 10h, prevê ainda a extinção de 80% dos cargos de provimento disponíveis neste ano e de 50% dos que sofrerem vacância em 1990. Com esses dispositivos, o Congresso pretende contribuir para a redução do número de funcionários públicos, sem a solução drástica da demissão.

A tônica da lei de diretrizes para 1990 será “redução acentuada de despesas, mesmo assim sem qualquer garantia de que sobrem recursos para algum programa de investimento”, avisou Serra. A lei, segundo o deputado, restringirá de tal forma as possibilidades de gasto, que o governo terá dificuldade para elaborar um programa de investimentos no projeto de lei orçamentária, a ser enviado ao Congresso no próximo semestre.

Pressões — A votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de ser acompanhada por assessores dos diversos candidatos à Presidência da República, desperta atenção

especial nos vários ministérios, que procuram, através de pressões sobre os parlamentares, modificar as dotações recomendadas para as pastas pelo Executivo e pelo relator da matéria. O grupo de parlamentares do Norte-Nordeste e Centro-Oeste, que somam 400 deputados e senadores, estarão também ativos para garantir a aplicação de parcelas ponderáveis dos investimentos nestas regiões. Um dos dispositivos que interessam ao grupo é a criação de um fundo de investimento das empresas estatais, que garantiria a aplicação de recursos nas três regiões, em percentuais crescentes que chegariam a 50% em 1995.